

A Maternidade na Adolescência Constrói Diferentes Modos de ser-se Mãe: “adolescente-mãe”, “mãe-adolescente”, “mãe-amiga” *Construção identitária e integração social*

Filomena Gerardo*

Resumo: A maternidade na adolescência tem uma implicação ao nível da construção da identidade da adolescente, quer ao nível da identidade pessoal, quer estatutária. Este artigo pretende dar conta da identidade que é construída e/ou ajustada, segundo a hierarquização da identidade escolhida pela mãe na adolescência, mas também em função do olhar exterior que permite à validação da sua identidade, como mãe ou adolescente, ou então um misto das duas. Consoante, a priorização de uma ou outra identidade equivale a uma forma de viver a parentalidade diferente. Do mesmo modo a imagem que é devolvida à mãe na adolescência pelo exterior vai influenciar a construção da sua identidade.

Palavras-chave: Maternidade na adolescência; construção da identidade.

Maternidade na adolescência¹

Este texto decorre do trabalho de tese de doutoramento² sobre a temática da Maternidade na Adolescência. O objecto de estudo pretendia compreender a construção da identidade das jovens que são mães na adolescência. Através de uma metodologia qualitativa, baseada na entrevista compreensiva³, que permite ao entrevistado fazer uma análise reflexiva sobre o seu percurso. Foi com base no material recolhido que possibilitou a construção de uma tipologia de formas de construção identitárias quando se é mãe na adolescência.

Com o material obtido tomou-se a decisão da construção de tipologias sendo um dos procedimentos mais generalizados quer nas ciências sociais, quer nas ciências experimentais com vista a “ordenar os materiais recolhidos, classificá-los segundo critérios pertinentes, encontrar as variáveis escondidas que explicam as variações das

diferentes dimensões observadas, tais são os objectivos mais correntes de uma tipologia” (Demazière *et al.*: 1997). Trata-se de uma reconstrução interpretativa da realidade.

O uso de tipologias ou ideais-tipo foi desenvolvido por Weber (1992) que os define como “ideais num sentido puramente lógico da noção de dever ser ou de modelo”. O ideal-tipo não é um ideal no sentido de utopia e de apreciação com base em juízos de valor, é, assim, antes um processo de construção lógica sobre a realidade. O ideal-tipo é definido como uma esquematização do objecto de pesquisa, que orienta a observação do real, um instrumento de compreensão sociológica. Obtém-se através da enfatização de uma ou várias facetas determinadas da realidade e da ordenação dos fenómenos em função de cada uma destas dimensões analíticas seleccionadas. Um ideal-tipo é, assim, uma proposta de conceptualização simplificando e clarificando a realidade propondo uma “ordem inteligível” de compreensão da

* Doutoranda membro do CERLIS – Centre de Recherche sur les Liens Sociaux, Laboratoire associé CNRS, Paris 5, Sorbonne e colaboradora do CET.

¹ Esta designação de Maternidade na adolescência ou mãe na adolescência decorre do facto de as jovens que fazem parte da nossa amostra terem tido um filho no período da adolescência (13-19 anos). No entanto, algumas delas já têm 21 anos e passaram a maioridade legalmente estabelecida.

² Tese de Doutoramento em co-tutela ISCTE e Sorbonne, Paris 5.

³ Foram realizadas 46 entrevistas no âmbito deste estudo a jovens mães entre os 13 e os 21 anos. Estas jovens encontravam-se a viver em casa dos pais; em residências institucionais para mães adolescentes ou tinham constituído família com o pai da criança.

diversidade social. Assim, o recurso a uma tipologia foi a estratégia encontrada para dar conta da combinação de variáveis que influenciam a hierarquização da identidade pessoal e estatutária que permite definir o tipo de construção da identidade edificado. Este artigo pretende ilustrar os três modelos de construção da identidade quando se é mãe na adolescência. Do ponto de vista da perspectiva teórica, em relação aos factores que conduzem a ser mãe na adolescência, esta é uma visão do reconhecimento pessoal.

Portanto, numa perspectiva teórica de reconhecimento pessoal e social a maternidade na adolescência surge como que instrumentalizada, isto é, uma estratégia para mudar o seu bem-estar pessoal, um estatuto social, o de mãe e mulher. Para além de que num contexto económico e social de grandes dificuldades com a exigência cada vez maior, a criança pode constituir para estas jovens a única solução para se valorizarem e adquirem um papel social, ou colmatar um vazio afectivo. (Le Van; 1998 e Charbonneau; 2003)

Segundo Duarte Vilar, “*as jovens adolescentes oriundas de meios urbanos e desfavorecidos, que têm pouca segurança nelas e só, procuram muitas vezes na sexualidade a ternura e o afecto que lhes falta em casa. E é neste contexto que surgem a maior parte das adolescentes grávidas que desejam a sua gravidez* (Vilar, 1998: 18).” A estrutura familiar, por vezes deficiente em certos contextos, implica que muitas jovens tentem encontrar compensações afectivas fora do seio familiar, através de um namoro ou de um maior contacto com o grupo de pares. A maternidade pode surgir, muitas vezes, como um apelo à família para a sua valorização pessoal e a uma emancipação no seu contexto social e cultural.

Para além de que a maternidade na adolescência pode ser encarada de forma positiva consoante determinados costumes e práticas que acompanham a maternidade, segundo determinados contextos socioculturais, culturas do tipo mais tradicional em que o papel feminino está muito associado à maternidade. Esta é uma forma de ser reconhecida como mulher e ver valorizada a sua identidade feminina, pois a maternidade na adolescência pode ter um papel muito diferente em função do quadro de socialização da jovem e da sua cultura de origem.

Tendo em conta a perspectiva de ser-se mãe na adolescência como forma de reconhecimento

pessoal e social, o objectivo principal está na tentativa de compreender a construção de papéis sociais motivados por este novo estatuto social. Pretende-se elucidar o processo de construção da identidade das mães na adolescência numa sociedade que exige um percurso escolar cada vez mais longo e uma formação profissional mais exigente face ao mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Actualmente, o que a sociedade espera dos adolescentes são longos estudos, que entrem no mercado de trabalho e depois constituam família. O facto de haver alteração nesta trajectória provoca um certo embaraço da sociedade em geral, que considera a maternidade na adolescência como um desvio à norma societal. Deste modo, pretende-se equacionar os impactos negativos e positivos da maternidade na adolescência.

A análise do conceito em termos de “mãe-adolescente” ou de “mãe na adolescência”, remete para uma espécie de contradição do ponto de vista cronológico, porque, *ser-se mãe* é um dos atributos da idade adulta. Por outro lado, concebe-se a adolescência como um momento de crise identitária, que exige um trabalho de definição do “eu” até se atingir a idade adulta. O facto de se ser mãe na adolescência faz com que, por oposição, se enfatize a dimensão social adolescente. Deste modo, é como se o ser-se mãe na adolescência viesse destacar os papéis sociais *de mãe* e de *adolescente*.

No conceito de “mãe adolescente” a *maternidade* permite a aquisição de um estatuto: o de mãe, e deste modo uma nova dimensão da identidade pessoal e estatutária, enquanto que o conceito de *adolescente*, está associado a representações de irresponsabilidade e imaturidade. Está-se perante uma possível situação de uma dupla definição social de mãe e adolescente ou, provavelmente, de uma nova situação de definição social “mãe-adolescente”.

As “mães na adolescência” constroem a sua identidade com elementos que poderiam eventualmente ser considerados como incompatíveis. Estas mães na adolescência, devido à sua idade, continuam no plano social a fazer parte da categoria social adolescência e juventude. No entanto, encontram-se com responsabilidades de serem mães, dimensão social associada à idade adulta e,

quando permanecem em casa dos pais, elas estão num duplo papel, é isto, numa situação de identidade estatutária de serem “mães de” e “filhas de” dentro do mesmo espaço habitacional. Esta posição provoca uma certa ambiguidade de definição das adolescentes num momento em que se pretende adquirir a sua autonomia e independência. A chegada de uma criança poderia dar a entender que a passagem para a idade adulta seria acelerada, mas a ausência de recursos pessoais acentua a dependência da jovem em relação à sua família. (Chardonneau: 2003) A adolescente encontra-se numa constelação de relações sociais onde se misturam antigas relações de dependência e a possibilidade de criar novas relações de interdependência (com um companheiro, por exemplo).

Esta situação de ambivalência do ser-se mãe na adolescência coloca à Sociologia da Juventude algumas questões, nomeadamente porque pelo facto de serem mães passam a ter responsabilidades e atributos da idade adulta ou têm apenas uma dimensão da idade adulta, isto é, a parentalidade⁴. Por outro lado, em termos de definição da identidade, o que é considerado é a idade da jovem. O acesso à maturidade ou idade adulta é principalmente determinado pelo ingresso na vida activa, isto é, pela emancipação económica e familiar, sendo estas adquiridas pelo exercício de uma actividade profissional e pela constituição da sua própria família ou agregado familiar. Por outras palavras, esse acesso é determinado principalmente pelo início de uma ocupação profissional e completa-se pela aquisição de uma autonomia social, que se traduz não só na emancipação ao nível económico, como também habitacional e da família de origem através da constituição do seu próprio agregado.

As adolescentes, ao serem mães, não seguem os parâmetros de transição para a vida adulta de forma linear como inicialmente definia Olivier Galland⁵. Essas dimensões de definição de entrada na vida adulta não são transpostas de forma sequencial e da mesma forma por todos os jovens. Deste modo, quando se fala de jovens é necessário considerar as diferentes durações do período

juvenil. As situações que têm tendência a durar mais ou menos tempo encontram-se directamente relacionadas com as condições sociais que permitem, ou não, a passagem à idade adulta. Nesta óptica, o processo juvenil desenvolve-se numa dialéctica situada entre dois tipos de momentos: de um lado, os momentos de partida, do outro, os momentos de entrada, significando os que implicam a inserção no mercado de trabalho e o início de uma vida conjugal, ou ainda, uma situação de não dependência da família de origem.

Na perspectiva teórica da definição da juventude em termos etários, esta centra-se na distinção entre situações sociais, gostos, expectativas, interesses e valores transportados pelos jovens. “Quase poderíamos dizer (...) que a juventude ora se nos apresenta como um conjunto aparentemente homogéneo (...) se a compararmos com outras gerações ou heterogéneo logo que a examinamos como um conjunto social com atributos sociais que diferenciam os jovens uns dos outros” (Pais, J. M., 1993:43).

Pode-se então afirmar que as crenças, os valores, as normas e práticas susceptíveis de serem partilhadas pela juventude poderão ser próprias ou indissociáveis da fase de vida a que se associa a noção de juventude, ou poderão encontrar explicação, quer em condições objectivas de inserção dos actores sociais (condições estruturais de posicionamento no espaço social), como em quadros de representações e valores por eles transportados. Tem que se ter em conta que o processo de entrada na vida adulta é distinto nas classes sociais mais elevadas, do das classes populares.

Segundo a perspectiva de François Dubet, que se afasta da perspectiva funcionalista, os mecanismos de socialização da juventude constroem-se em relação à vivência dos actores e dos constrangimentos do sistema. Ele tem em conta a heterogeneidade da juventude e a diversidade de situações que dirigem as suas vidas. Na sua obra *La galère*, ele ilustra o caso dos jovens excluídos que estão em situações de estigmatização social, as suas situações são o reflexo das suas vivências de um disfuncionamento entre a assimilação de modelos

⁴ Segundo a perspectiva teórica de Galland, existem quatro dimensões que definem a entrada na vida adulta: conclusão dos estudos, ter uma profissão, sair de casa dos pais e a parentalidade.

⁵ GALLAND, O. (2001) *Sociologie de la Jeunesse*, Armand Colin, Paris.

culturais típicos das classes médias (modelo dominante defendido pela escola) e, ao mesmo tempo, eles estão confrontados com a impossibilidade de atingir os mesmos objectivos que os jovens das classes médias. Esta situação de frustração relativa é produzida pelo sentimento de estar a meio caminho entre uma pertença cultural e uma exclusão social.

O contexto social, habitacional e familiar coloca as adolescentes numa situação de risco face à precocidade da iniciação sexual e, por vezes, da maternidade. A taxa de gravidez adolescente é mais elevada nos contextos desfavorecidos. A primeira maternidade relativamente jovem é uma forma de legitimação da adolescente no seu percurso de transição para a idade adulta.

Tendo em conta que a grande maioria da população de mães adolescentes é oriunda de famílias de contextos problemáticos, com destruturação familiar, fracos recursos económicos e diversos problemas de integração social, neste sentido poder-se-á falar de processos diferentes de entrada na vida adulta.

As trajectórias sociais dos jovens estão associadas a distintas origens sociais, a aprendizagens e experiências sociais diferentes. As trajectórias não implicam as mesmas formas de acesso às condições que permitem o reconhecimento social da condição de adulto. No caso preciso das adolescentes oriundas de meios sociais mais desfavorecidos, a maternidade possibilita a entrada na vida adulta, assim como a aquisição de um reconhecimento social. A gravidez para estas jovens constitui uma forma de gratificação e a possível obtenção de uma independência social, dado que a sua perspectivação das suas oportunidades escolares são limitadas.

A juventude é uma faixa etária que desenvolve estratégias de independência e de autonomia face aos seus pais para se afirmar. A independência é importante e por vezes valorizada na busca do “eu” no momento da juventude, dado que ela permite ao jovem deixar o “ninho” familiar e ter a sua própria casa, rompendo assim com a infância.

Numa situação de crise de identidade, a busca do “eu” pretende a *autonomia e independência*, sendo dois elementos essenciais para a construção da identidade pessoal, daí considerar-se pertinente evocar dois conceitos essenciais para a construção do “eu”, ou sejam, a *autonomia* e a

independência, os quais intervêm no processo de construção individual. A *independência* é definida como “a concepção monadológica de Leibniz” isto é, o indivíduo basta-se a ele mesmo, graças aos seus próprios recursos (económicos, trabalho e alojamento). Quanto à *autonomia*, ela é definida, segundo a tese de Kant, na medida em que o indivíduo é capaz de estabelecer as suas próprias orientações de vida. (Ramos: 2002). Para além disso, a juventude corresponde a uma faixa etária que desenvolve estratégias de independência e autonomia face aos seus pais para se afirmar.

Na perspectiva da aquisição da independência e da autonomia, a sexualidade representa para as adolescentes um primeiro passo, pois esta é um domínio exclusivamente pessoal e que se partilha com os pares. Uma das componentes principais para a emancipação do adolescente e passagem à idade adulta passa pela entrada na sexualidade. Para Michel Bozon, a iniciação sexual é, em todas as culturas, uma etapa marcante na construção social da identidade sexual. “*L’adolescence, aujourd’hui, est un âge qui a largement pour enjeu la sexualité*” (Bozon, 2002:47). Segundo este autor, a passagem à sexualidade genital é uma etapa social importante, uma vez que permite à adolescente entrar simbolicamente num dos atributos da vida adulta.

As relações com os pares criam uma pertença de classe etária, o grupo de pares e as relações de amigos modificam-se ao longo da adolescência à medida que o encontro de parceiros amorosos se torna uma prioridade. Verifica-se que o grupo de amigos, no caso das raparigas, se torna misto (começa a haver rapazes no grupo) e alarga-se geograficamente, existindo uma procura de um parceiro amoroso mais velho. Na relação amorosa é a confrontação com o “outro significativo” que ajuda à construção do “eu”.

De acordo com Michel Bozon “*l’entrée en relation avec un partenaire de l’autre sexe correspond à un désir de se voir et d’être ensemble, qui crée un temps et un espace de couple, même temporaires*” (Bozon, 2002:50). A adolescência é marcada do ponto de vista amoroso pelo “flirt” no momento da passagem às relações estáveis e a entrada na sexualidade, sendo este um indicador de entrada na idade de uma maior autonomia sexual. Portanto, a entrada na vida sexual é mais um passo para a idade adulta. A conquista da autonomia sexual

indica uma autonomia social, mesmo se continuando a viver em casa dos pais, a vida sexual e amorosa é vivida fora do núcleo familiar.

A etapa da sexualidade é também uma questão social para as raparigas das classes sociais desfavorecidas, uma vez que abandonaram o meio escolar e têm um parceiro, existindo nelas o desejo de entrar na sexualidade como forma de construir uma posição social e um modo de afirmação pessoal e social que, muitas vezes, conduz à gravidez. Para algumas jovens, isto é o meio de abandonar o meio familiar e “entrando numa provável vida conjugal”, e criar uma família com a vinda de uma criança, e obtendo assim autonomia e independência.

A independência é importante e por vezes valorizada na busca do “eu” no momento da juventude, uma vez que permite ao jovem deixar o lar familiar, tendo assim a sua própria casa e cortando com a sua infância. No caso específico da maternidade na adolescência, esta pode permitir a certas adolescentes obter uma *autonomia e independência*, quando elas constituem família com o pai da criança e adquirem o seu alojamento. Para outras, tratar-se-á da conquista de maior autonomia em relação aos pais e uma forma de afirmação da sua identidade pessoal.

A construção de uma nova identidade na adolescência

Segundo a perspectiva individualista, o indivíduo vive na busca de si mesmo, com momentos de crise da identidade, como no caso da adolescência. Nesta conquista do “eu”, o indivíduo tem que assumir um compromisso entre a identidade estatutária, ou seja, aquela que reenvia para as posições sociais, os papéis, os lugares e pertenças, por sua vez a identidade íntima/pessoal, que é segundo François de Singly “*la vraie façon d’être de l’individu, ce que celui-ci pense être son authenticité*”⁶ (Singly: 2000). O objectivo de qualquer indivíduo é o de revelar a sua identidade “pessoal”⁷. Esta inscreve-se na concepção moderna do indivíduo, onde é valorizada a autenticidade. O objectivo a atingir através

da identidade pessoal é o de se ser único, individual, e isso com a ajuda do reconhecimento dos outros. O revelador da identidade pessoal é a relação com o outro. Os “outros significativos”⁸, numa primeira instância, são membros da família, mas também podem pertencer a um meio de socialização secundária, como o grupo de pares, no caso dos jovens.

No processo de busca da construção da sua identidade existe também a dimensão de uma identidade estatutária, como a de “mãe”, no caso das mães adolescentes. A identidade estatutária é definida pela função exercida na sociedade, pelo seu estatuto ou a sua pertença a certos grupos. A definição do “eu” nesta dimensão identitária faz-se em relação a um papel, a uma instituição, uma vez que as qualidades pessoais que nos tornam únicos não têm nenhuma relevância na constituição deste tipo de identidade.

Portanto, o indivíduo na sua existência possui duas identidades: a *identidade íntima/pessoal*, que é desvendada e aprofundada aquando do contacto permanente com os outros significativos, e a *identidade estatutária* que é atribuída através de uma função, de um papel que o actor social exerce na sociedade.

A identidade estatutária é adquirida independentemente dos atributos que temos para desempenhar o papel. No âmbito de nosso estudo, as mães menores obtêm o estatuto de mãe, num momento de crise de construção do “eu”: a adolescência. Esta identidade pode permitir-lhes existirem e serem respeitadas, tendo adquirido um outro papel social: *o de mãe*.

A função materna tem um impacto na construção da identidade da jovem que valida a sua identidade pessoal e estatutária através da função social que é ser-se mãe e pelo exercício efectivo da maternidade. No caso particular das mães na adolescência, a maternidade transforma-se “num rito de passagem”, a marca incontornável de “um antes e depois”. No entanto, a ruptura entre “antes” e “agora”, no caso de um casamento ou de uma maternidade mais tardia, existe um tempo de maturação, um período de transição e de tomada de consciência de passagem de um

⁶ SINGLY, de F.(2000) “Et l’enfance qui finit in Dialogue”, n° 153, 3.º trimestre.

⁷ SINGLY, de F. (2000) “Le soi le couple et la famille”, Édition Nathan, Paris.

⁸ Termo original em francês “autrui significatif”.

estatuto para outro. No contexto da maternidade na adolescência a ruptura é brusca e a adolescente por ter esta dimensão social que enfatiza o seu papel de mãe oscila constantemente entre as duas condições de mãe e adolescente. Perante a sociedade, o ser-se mãe durante a adolescência é um desvio face a um modelo normativo que define o momento do ponto de vista temporal para ser-se mãe.

A construção da identidade de mãe na adolescência constitui uma descontinuidade e um ponto de ruptura com a adolescência. Existia uma vida “antes da maternidade” feita de hábitos e práticas quotidianas próprias associadas à condição de adolescente. A nova identidade constrói-se no “agora” através dos ritmos quotidianos e dos cuidados prestados à criança.

A mãe na adolescência acumula em simultâneo duas etapas diferentes da vida: adolescência e parentalidade. É uma situação de junção de duas funções vistas como contraditórias, dado que a adolescente não é autónoma e independente para educar uma criança, devido ao facto de ela-mesma ser defendida como alguém que tem que estar sob tutela de um adulto.

Numa primeira fase, a jovem tem que adquirir competências maternas para se tornar “mãe de”, para ter o reconhecimento externo de que ela é capaz de exercer a função materna, sendo que a pressão e o olhar sobre a adolescente é maior, dado que esta maternidade é considerada de risco devido à sua idade. É no assumir do papel de mãe que começa a interiorização de um estatuto que a obriga a abdicar dos hábitos de adolescente, sendo no exercício da maternidade, no tomar conta da criança, no cuidar, na familiarização com novos ritmos de vida quotidiana que se vai sedimentando a nova identidade.

A necessidade de uma adaptação à nova identidade

O conceito de responsabilidade é sistematicamente associado à função materna. Ser responsável por alguém é interiorizar uma carga mental de que se tem um “ser” dependente de si mesma. A responsabilidade é o peso do estatuto de

mãe como explica Isbela⁹: “Ser mãe é ter muita responsabilidade. É estar atenta aos passos dela, ver o que ela faz.” O papel de mãe obriga a uma vigilância constante dos gestos da sua filha. O que implica que ela esteja menos atenta a si própria, quando ela ainda está numa fase de querer que se ocupem de si. Portanto, na construção da identidade materna o primeiro sentimento que é interiorizado é o da responsabilidade e esse sentimento surge no momento específico de tomada de consciência de que já não pode ter a vida de adolescente como dantes. Durante a gravidez a noção de responsabilidade parece inexistente, ela só toma forma com a presença física da criança, como afirma Rita¹⁰: “é muita responsabilidade, durante a gravidez não é nada, o mais importante é educar, dar de comer. Porque é aí que é difícil mesmo, porque temos que trabalhar. Porque quando estamos grávidas onde vamos, levamos a barriga atrás. O bebé não está doente, não tem fome. Mas o mais importante é educar, dar de comer.” É no momento em que a criança se separa fisicamente da sua mãe que se processa a tomada de consciência das implicações inerentes à função materna.

A maternidade obriga a outras funções e não só tomar conta ou cuidar da criança, outras necessidades advêm da existência da criança como a de ter um trabalho para dar de comer e atender às necessidades da criança. É a materialização e a individualização de um ser que foi transportado durante nove meses que transforma uma gravidez numa função social que é associada à responsabilidade de ser mãe. Marta¹¹ explica o momento em que toma consciência das implicações: “quando ela nasceu..., meu Deus! Eu não queria acreditar o que me estava a acontecer. Foi a responsabilidade de ver que a partir daquele momento já não podia sair, já não podia fazer isto e aquilo.” É a dimensão estatutária e as implicações quotidianas que obrigam a este papel social que fez com que a adolescente compreendesse que a sua vida de adolescente não seria a mesma.

Ser menor e mãe

A tomada de consciência do impacto da maternidade nas adolescentes é feita num processo

⁹ Isbela é de origem angolana e tem 19 anos. É mãe de uma menina de 3 anos e vive numa residência para mães adolescentes.

¹⁰ Rita é de origem cabo-verdiana e tem 21 anos. É mãe de 2 filhas, de 4 e 2 anos, vive em casa de uma amiga dela.

¹¹ Marta é portuguesa e tem 14 anos. É mãe de uma menina de 1 mês e vive em casa da mãe dela.

temporal contínuo. São as mudanças, as transformações que levam a consciencialização de que elas não são mais exclusivamente adolescentes como as outras. Iara¹² explica: “é uma fase boa da vida, mas eu não o desejo a ninguém, porque nos priva. É uma mudança de vida que impede de fazer muitas coisas: estudar, crescer um pouco mais, sair com os amigos, de brincar, de se divertir com outros rapazes, conhecer-se a si própria de uma outra maneira. Priva um pouco... um bebé é sempre um bebé. Queremos pô-lo na nossa cabeça, mas também nós somos crianças a tomar conta de crianças.” São as implicações da função materna do ponto de vista dos constrangimentos e das mudanças bruscas. No fundo trata-se de uma aceleração que reduz o tempo dedicado à adolescência e à construção do “eu” de forma linear, como as outras adolescentes não-mães. A maternidade na adolescência coloca um termo ao processo de construção da identidade através das experiências de adolescente. A maternidade introduz a dimensão da responsabilidade ligada à idade adulta e o papel de mãe cuja prioridade passa a ser a criança.

Ser-se menor e mãe é saltar constantemente entre os desejos de adolescente e viver como tal. Tatiana¹³ sente que o seu papel de mãe é limitador da sua vontade de ser e fazer o mesmo que as outras adolescentes da sua idade. “Eu não sei, muitas raparigas têm namorado, eu também gostaria. Agora eu sou adolescente, tenho um filho, mas isso não quer dizer que já sou adulta. Eu sou ainda adolescente, mesmo se já tenho um filho, eu sou menor.” Para esta mãe adolescente não é a função social de mãe que define o que ela é, mas sim a idade. Ela não se define como adulta por isso ela quer continuar a fazer as mesmas coisas que as outras adolescentes não-mães. Em certas circunstâncias a sociedade através dos técnicos e familiares relembram constantemente os limites à jovem, não porque ela é adolescente, mas porque é mãe e tem a responsabilidade de cuidar de uma criança.

A mãe na adolescência tem que, através da sua nova função, encontrar um espaço pessoal para se definir e compor a sua identidade dentro de duas dimensões sociais opostas, o que implica abdicar de uma e prevalecer outra, ou pelo menos ela sente a necessidade de priorizar uma das duas

identidades para se conseguir definir como indivíduo individualizado.

A maternidade na adolescência é a junção de dois momentos da vida dessincronizados. É através deles que a mãe na adolescência edifica o seu processo de (re)construção da sua nova identidade “bricolée” entre a identidade de adolescente e a sua nova função social, a de mãe. As mães na adolescência oscilam entre estas duas identidades e categorias sociais até conseguir encontrar um compromisso entre as duas. Neste processo de construção de identidade é possível encontrar várias categorias de mães na adolescência em função da hierarquização e priorização de um estatuto em relação a outro.

A “adolescente-mãe”

A “Adolescente-mãe” lamenta a sua vida enquanto adolescente. Esta situação observa-se sobretudo nas adolescentes mais jovens. Estas vivem a maternidade e o exercício da parentalidade como um entrave que encurta a vida de adolescente. Esta tomada de consciencialização da função parentalidade advém com as limitações e as obrigações a que este papel implica. Os limites impostos pela existência da criança introduz uma nova dimensão da identidade pessoal de se sentir diferente das outras jovens da mesma idade, porque as suas actividades e a sua liberdade de acção não são mais as mesmas; é na comparação com outras adolescentes da mesma idade que se interioriza que a sua função de mãe fá-la diferente das outras adolescentes. Marta explica esse sentimento: “eu sinto que as minhas amigas, o meu grupo de amigas podem sair. E depois, elas estão sempre a convidar-me para ir ao cinema. Mas eu nunca posso ir ao cinema porque não tenho ninguém que tome conta do bebé. A minha mãe não fica.” A jovem mãe, apesar do seu desejo de continuar a ter o mesmo tipo de actividades, vê-se obrigada a exercer a função parental, porque o exterior lhe lembra a sua nova função, isto é a sua própria mãe que ao não assumir ficar com a neta, lembra à sua filha qual deve ser agora a sua prioridade em termos da sua função.

A jovem coloca a sua identidade pessoal de adolescente em primeiro lugar. No entanto, é o exterior que lhe chama a atenção para o novo

¹² Iara é brasileira, chegou a Portugal aos 13 anos, actualmente tem 16 anos, é mãe de uma menina de 10 meses, vive com o pai da filha.

¹³ Tatiana é guineense tem 15 anos. É mãe de um menino de 3 meses e vive numa residência para mães adolescentes.

papel social que ela tem. A partir do momento em que se tem a função parental, o processo de exercer este papel social obriga a uma hierarquização imposta pelo olhar exterior daquilo que se espera de quem é mãe, isto é, tem que priorizar as necessidades da criança em primeiro lugar. Para a “adolescente-mãe” é difícil ceder a esta obrigação funcional quando os seus desejos estão numa perspectiva de adolescente. A criança traduz-se na obrigação de exercer a maternidade, tornando-se assim num obstáculo à possibilidade de continuar com a vida de adolescente. Existe em permanência uma dualidade entre aquilo que se quer fazer e o olhar externo que relembra a sua função materna.

O desejo de ser adolescente, a vontade de sair, de estar com os amigos continuam presentes, mas os impedimentos externos, como a presença da criança, a função parental e os pais, não permitem mais a exclusividade de ser só adolescente. A responsabilidade da parentalidade tornou-se um ponto de ruptura com a vida adolescente. No caso, das “adolescentes-mães” a maternidade na adolescência é uma função redutora que acelera o processo de passagem à vida adulta sem que esta seja desejada. O exercício da maternidade é vivido como um constrangimento estatutário.

A diferença identificada pela jovem é explicitada pela Dina¹⁴: “ Eu sinto diferente porque as outras adolescentes têm uma vida privada. Elas querem ir a algum lado, vão. Eu não posso, porque tenho que pensar que a minha filha está em primeiro lugar”. A “Adolescente-mãe” tem que fazer um trabalho de renúncia ao “eu” pessoal

enquanto adolescente para se consciencializar que o seu novo estatuto social de mãe que a obriga a um determinado comportamento, segundo esse novo papel. Embora a essência da identidade de adolescente continue existente do ponto de vista pessoal, a identidade estatutária de mãe sobrepõe-se através da aprendizagem de um sentimento do dever maternal que lhe vai sendo transmitido pela envolvente. Esta situação faz parte do processo de interiorização da função social que passa por restrições quando se está numa fase de afirmação do “eu” e este tem que ser subvalorizado em detrimento do “eu” da criança. As “adolescentes-mães” priorizam ainda a dimensão adolescente em relação ao estatuto de mãe. Contudo, o exterior/sociedade serve de árbitro para alertar para a sua nova condição social, restringe ou até mesmo anula a sua vida e adolescente. O estatuto social de mãe sobrepõe-se, do ponto de vista das expectativas sociais, à identidade de adolescente.

As variáveis que constituem o ideal-tipo de “adolescente-mãe” são a autonomia pessoal fraca, a dependência familiar ou institucional – situação que ainda veio ser mais agravada pela condição de mãe – perante os adultos responsáveis que devem assegurar-se da sua protecção, mas também das capacidades da jovem para exercer a função parental. Deste modo, existe uma vigilância sobre as capacidades e competências da adolescente para a maternidade, que lhe reduz a autonomia educacional em relação ao seu filho, quer pela sua tenra idade quer pela perspectiva que tem da vida e de um projecto de vida pessoal e profissional bem definido.

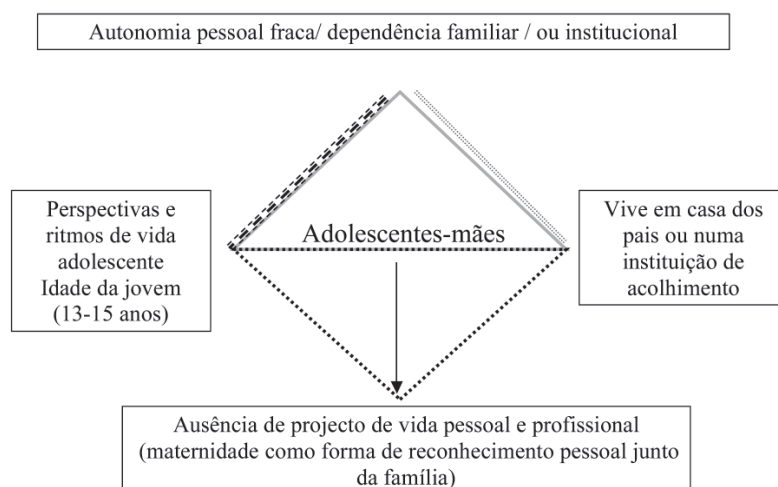


Figura 1 – (Re)construção da identidade das adolescentes-mães

¹⁴ Dina, 13 anos, mãe de uma menina de 2 meses, de origem cabo-verdiana, vive com a mãe.

A categoria de “mãe-adolescente” reúne várias dimensões relacionadas com a idade adulta, como o exercício de um trabalho assalariado, a conjugalidade e, por vezes, a autonomia residencial em relação aos pais. Estes atributos da idade adulta vêm reforçar a identidade de mãe.

A dimensão da adolescente é relembra pelo exterior devido à idade. Neste contexto das “mães-adolescentes” a situação de desvio está associada à dimensão idade, isto é, existem parâmetros que definem o momento para ser-se mãe. Enquanto que a “adolescente-mãe” se encontra numa situação de desvio social em relação a diversos factores, como a maternidade antes da idade socialmente estabelecida para se ser mãe, o facto de esta ser fora da conjugalidade vem reforçar a noção de maternidade desviante, para além de que a adolescente se encontra em situação de dependência financeira para educar o seu filho.

mãe na adolescência quando se tem idade legal para trabalhar produz um efeito de entrada precoce no mercado de trabalho e na conjugalidade. Esta situação faz parte da identidade estatutária e pessoal de mãe e da função parental para poder sustentar a sua prole. O exercício da parentalidade implica que a mãe na adolescência seja capaz de dar educação nas várias dimensões que esta exige, isto é, que seja capaz de lhe dar afecto, educação e responda às necessidades básicas da criança.

Na construção da categoria de “mãe-adolescente” as variáveis que intervêm são a autonomia e independência perante a família de origem, a existência de uma relação amorosa ou conjugal com o pai da criança, e a capacidade de manter economicamente a criança. A “mãe-adolescente” exerce a sua função parental como mãe adulta e tem autonomia educativa. A dimensão da

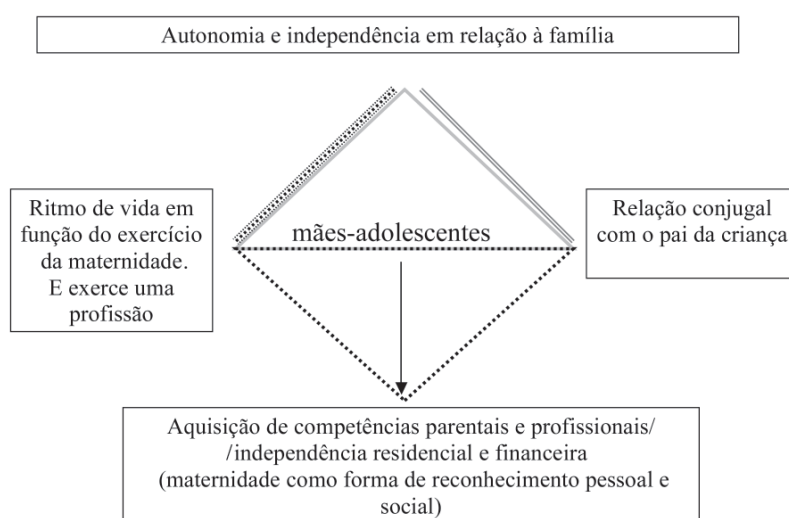


Figura 2 – (Re)construção da identidade das mães-adolescentes

A “mãe-adolescente”, em certos contextos, exerce uma actividade profissional ou vive com o pai da criança, o que lhe permite ter independência financeira da família para educar e manter a criança. Portanto, a condição social de mãe conduziu a que ela adquirisse outras actividades relacionadas com o exercício da parentalidade, como a actividade profissional e a conjugalidade. Ser-se

adolescente do ponto de vista da sua identidade está no olhar externo que lhe reenvia a imagem de que ela foi mãe antes do tempo temporalmente estabelecido segundo a sociedade. Neste contexto a “mãe-adolescente” é vigiada mais do que as outras mães devido a este factor que introduz um desvio em relação à norma.

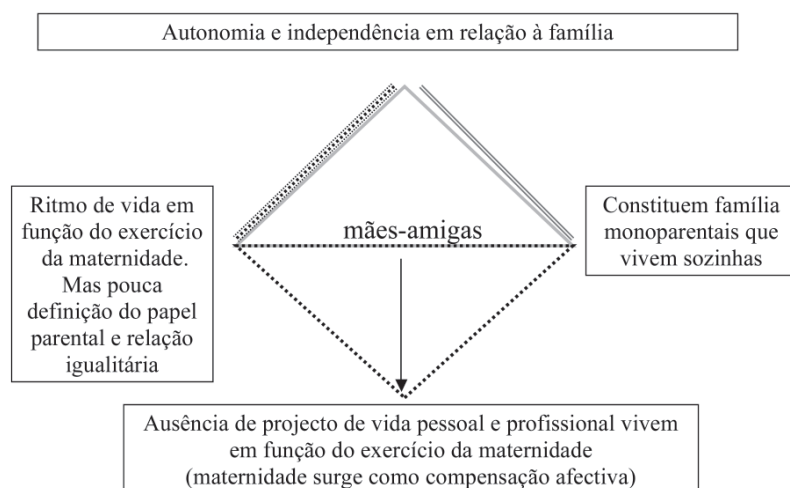


Figura 3 – (Re)construção da identidade das “mães-amigas”

A mãe na adolescência pode tornar-se na amiga do seu filho(a), participando nas mesmas actividades e lazeres – isto acontece pela pouca diferença de idade. Ao tornar-se na “mãe-amiga”, pode ser uma estratégia educativa que a mãe adopta devido à pouca diferença de idade. A relação estabelecida com a criança é do tipo amiga que permite, segundo a mãe na adolescência, uma cumplicidade ao realizar as mesmas actividades. A mentalidade e a maneira de ver a vida são mais próximas, segundo Adriana: “quando ela tiver 16 anos eu terei 30 e poderei ir com Ida à discoteca, enquanto as mães mais velhas não podem”. O objectivo é criar uma relação entre mãe e filha que a adolescente não teve com a sua própria mãe. Ela justifica a ausência de uma relação mais aberta e livre devido a diferença inter-geracional. Nesta perspectiva de relação parental não existe definição clara de papéis.

A “mãe-amiga” assume a sua identidade de mãe do ponto de vista da sua identidade pessoal e estatutária. Aquilo que a diferencia da “mãe-adolescente” é o tipo de relação parental que ela constrói com a criança. Neste tipo de construção da identidade de “mãe-amiga”, a criança é um “objecto” privado e está numa relação única com a mãe. A criança não é entendida segundo laços de filiação mais vastos que remetem para a posição geracional, nem da sua função pública. (Charbonneau, 2003) A “mãe-amiga” entende que existe uma relação de igual para igual em que o seu estatuto de mãe é anulado na relação com a criança. A sua função materna é entendida

apenas para garantir os seus direitos em termos da sociedade. A criança vem colmatar um isolamento social em relação ao grupo de amigos ou da rede social e a adolescente projecta-se no futuro como amiga. No entanto, o estatuto de mãe é defendido como forma de afirmação social e a criança é um instrumento de companhia para a mãe.

A “mãe-amiga” é a junção de “mãe-adolescente” e “adolescente-mãe”, pois ela assume a sua identidade de mãe no exercício da parentalidade. Ao não conseguir estabelecer uma relação filial com a criança, mas sim de amiga, ela define o seu papel parental como sendo o de “mãe-amiga”.

É através dos ritmos quotidianos que três tipos de mãe na adolescência se vão definindo e processa a construção dos diferentes tipos de mães na adolescência: “adolescente-mãe”, “mãe-adolescente” e “mãe-amiga”. A distinção entre estes diferentes tipos de construção do “eu” maternal está no facto de assumir ou não as duas dimensões da identidade materna, isto é, a identidade pessoal e estatutária de mãe ou apenas uma delas, e associarem outra identidade em simultâneo: a de adolescente. Quando as identidades pessoal e estatutária não estão em concordância pode existir uma disfuncionalidade, assim como uma dissonância entre a identidade prescrita e assumida. Ao definir-se do ponto de vista pessoal como mãe, colocando em primeiro lugar o seu papel de mãe, e pensar em primeiro lugar na sua função materna, isto corresponde a uma concordância entre a identidade pessoal e estatutária. No caso particular da “mãe-adolescente”, esta tem uma

As “adolescentes-mães” estão muito ligadas aos hábitos da adolescência e só entendem a presença da criança como um entrave à sua vida de adolescente. Para este tipo de mãe na adolescência, duas situações se verificam: elas acumulam ainda várias dimensões sociais da categoria social juventude, como seja a dependência econômica dos pais, permanecem na instituição escolar e a idade. Estas, do ponto de vista da identidade pessoal, sentem-se adolescentes, mas têm também como identidade estatutária a de mãe. Elas são mães aos olhos dos outros e isso faz com que se sintam obrigadas a assumir esse papel e, por sua vez, reconheçam a sua identidade estatutária de mãe.

Em todas estas definições de identidade existem duas dimensões: a definição do “eu”, isto é, identidade assumida; e depois a identidade prescrita pelos outros. Assim, no caso da “adolescentes-mãe” a identidade assumida é a de adolescente e a prescrita é a de mãe. Quanto à “mãe-adolescente” a identidade assumida é a de mãe e a prescrita é a de adolescente.

Finalmente, a mãe do tipo “mãe-amiga”, trata-se de uma identidade assumida e prescrita pela própria adolescente mas, do ponto de vista do exercício da parentalidade, é vista como deficitária. As “mães-amigas” muitas vezes são-no quando já existe uma situação de dificuldade em termos do exercício da parentalidade, como a ausência de autoridade sobre a criança, que esta coloca em causa a sua função materna e estratégia educativa.

Conclusão

A maternidade na adolescência nem sempre é vivida como uma forma de reconhecimento social. Este depende muito da forma como a maternidade/parentalidade é vivida pela mãe na adolescência. Este novo estatuto surge como gratificante em termos pessoais e sociais para a

“mãe-adolescente” que, para além do estatuto de mãe, adquire outras dimensões da idade adulta que valorizam e reforçam a sua imagem exterior de mãe responsável e com capacidade para o exercício da maternidade.

No que diz respeito às “adolescentes-mães”, estas pensam menos no seu estatuto de mãe e vêem-no como uma responsabilidade, como uma restrição e uma ruptura aos seus percursos de adolescentes. Para este tipo de mãe na adolescência existe uma desvalorização da função materna em detrimento das actividades adolescentes. Trata-se de banalizar os cuidados preconizados à criança como uma tarefa comum, diminuindo assim a função materna, que veio apenas apressar a sua passagem para a idade adulta, ao assumir uma responsabilidade de educar uma criança. Neste contexto a maternidade não é ressentida como uma valorização pessoal e social.

Quanto às “mães-amigas”, o reconhecimento social da maternidade é um meio de valorização pessoal, mas aqui a maternidade vem sobretudo com uma função de recompensa afectiva pela presença da criança e do tipo de relação e laços estabelecidos com a criança. A parentalidade/maternidade deixa de ser gratificante no momento em que a “mãe-amiga” é apontada pelo exterior como uma mãe com poucas competências parentais no exercício da função, devido ao tipo de relação parental que estabeleceu com a criança.

Em todos estes tipos de processos de construção da identidade existem variáveis facilitadoras para que a jovem se defina ou se incline para cada uma delas. Embora todas estas mães na adolescência partam de um acontecimento comum – o de ser mãe – o modo de se apropriar a nova função social distingue-as. É resultante da sua postura face ao novo estatuto e da sua escolha do ponto de vista da hierarquização da sua identidade pessoal e estatutária que ela se define como indivíduo e mãe.

Bibliografia

DEMAZIERE D. et DUBAR C. (1997), *Analyser les entretiens biographiques. L'exemple des récits d'insertion*, Nathan, Essais et Recherches.

GALLAND, O (2004), "Les jeunes Français forment-ils une génération?" in *Comprendre Les jeunes* (sous la direction Dubet, Galland et Deschavanne) Revue de philosophie et de Sciences sociales, n.º 5, PUF, pp. 145-159, Paris.

GALLAND, O. (1991), *Sociologie de la jeunesse - L'entrée dans la vie*, Armand Colin. Paris.

KAUFMANN, J.C. (1996), *L'entretien Compréhensif*, Éditions Nathan, Paris.

LE VAN, C. (1998a), *Les Grossesse à l'adolescence normes sociales, réalités vécues*, L'Harmattan, Paris.

LE VAN, C. (1998b) "Les grossesses à l'adolescence: une pluralité d'explications", in *Vie sociale* n.º 6, cedias, Paris.

LE VAN, C. (1999) "Les grossesses à l'adolescence – approche sociologique d'un acte socialement déviant", in *Bastidiana Sexualité et Société* n.º 27-28 juillet-décembre, Paris.

PAIS, J. Machado (1990) "A construção sociológica da juventude: alguns contributos" in *Análise Social*, XXV, n.º 105-106, ICS, Lisboa.

PAIS, J. Machado, (1991), *Culturas Juvenis*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa.

RAMOS, Elsa (2002), *Rester enfant, devenir adulte*, 2002, Éditions L'Harmattan.

SINGLY de F., (2000b) "Penser autrement la jeunesse", in *Lien Social et Politique*, RIAC., 43, Printemps, Paris.

SINGLY de F., (2000c) *Le soi, le couple et la famille*, Paris, Collection Essais et Recherches, Nathan, Paris.